

CONTRIBUIÇÕES DE MARTELETO E GONZÁLEZ DE GÓMEZ AO ENTENDIMENTO DO INFORMACIONAL: DIÁLOGOS COM TRÊS APORTES DA INFORMAÇÃO

RESUMO: Contribuições teóricas de Marteleto e González de Gómez à compreensão do fenômeno informacional são apresentadas a partir de seus diálogos com três aportes. Em relação aos aportes matematizante e cognitivo da informação apresentam-se suas percepções críticas, que caminham para complexas elaborações teóricas sobre os processos informacionais na sociedade contemporânea. Com relação ao aporte que “faz questão” da materialidade da informação, apontam-se suas relações dialógicas com o chamado neodocumentalismo anglófono e com a Documentologia francesa. Mostra-se, entretanto, que suas concepções seguem para além da materialidade documental, indo ao encontro de das apropriações e re-significações da informação em jogos lingüísticos das práticas sociais. Finalmente, na reflexão sobre o fato digital, a aparente desmaterialização da informação na Web aparece como desafio ao exame pela Ciência da Informação, para os quais suas contribuições, que levam em conta sujeitos situados nas práticas no mundo da vida, continuam atuais.

Palavras-chave: Marteleto; González de Gómez; Informação; Materialidade da Informação.

CONTRIBUTIONS FROM MARTELETO AND GONZÁLEZ DE GÓMEZ TO INFORMATIONAL UNDERSTANDING: DIALOGS WITH THREE INFORMATIONAL APPROACHES

ABSTRACT – Theoretical contributions from Marteleto and González de Gómez to understanding the information phenomenon are presented from its dialogues with three approaches. In relation to mathematics and cognitive approaches of information their critical perceptions are presented, and how it is follows to reaches complex theoretical elaborations on the informacionais processes in the contemporary society. In the relation to the approach which “makes question” about the materiality of the information, point its dialogical relations with the called neodocumentalism anglophone and the French Document studies. However, it’s showed that their conceptions follows further on documentary materiality, going to the meeting of information appropriations and re-signification in linguistic games on the social practical. Finally, on the reflection about the digital fact, the apparent dematerialization of the information in the Web is viewed as a new challenger to Information Science exam to which their contributions, that consider man situated in their practices in the lifeworld, continue actual.

Key-words: González de Gómez; Information; Information Materiality

Geni Chaves Fernandes

Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ

Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT/MCT
Professora da UNIRIO
geni@centroin.com.br

Gustavo Silva Saldanha

Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ

Doutorando em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT/MCT-
Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ

Professor da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO
saldanhaquim@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os trabalhos das pesquisadoras Maria Nélida González de Gómez e Regina Maria Marteleto trazem para a Ciência da Informação, desde os anos 1980, significativas contribuições brasileiras no que diz respeito a concepções e conceitos que buscam modos e meios de abordagem de fenômenos centrais para o campo. Nestas reflexões faremos um recorte que focalizará algumas de suas contribuições a partir de diálogos que podem ser estabelecidos entre seus trabalhos e determinadas propostas sobre o fenômeno informacional. Diversas foram e são as propostas candidatas a circunscrever e dimensionar modos de entender, localizar e pesquisar a informação. Há também diferentes possibilidades de critérios que permitem separar/reunir esta diversidade segundo grandes grupos de entendimento.

O problema da materialidade na epistemologia da Ciência da Informação, silenciado nas décadas anteriores devido à visão da informação como uma entidade abstrata, é colocado nos anos 1990. O discurso que “faz questão” da materialidade da informação desenha-se numa trajetória que corresponde à “re-descoberta” de trabalhos da Documentação europeia, com suas traduções para o inglês¹, dando partida ao que alguns têm chamado de neo-documentalismo; à entrada do cognitivismo no campo no final dos anos 1980, operando uma subjetivação da informação, portanto abordagem oposta ao entendimento até então dominante da informação como algo que subsiste externamente aos sujeitos; e, mais recentemente, mas não menos importante, à popularização da Internet, lugar onde a materialidade da informação parece desaparecer.

Este “fazer questão” da materialidade da informação colocou-se como uma contraposição não só à concepção que Capurro (2003) chama de paradigma cognitivo da informação, que circunscreve a informação aos limites dos modelos mentais do sujeito, mas também a que chama de paradigma físico da informação, por entender informação como entidade de conteúdos dados e codificáveis/decodificáveis, onde os problemas de

¹ Em 1975 Rayward já havia publicado o relatório *“The universe of information: the work of Paul Otlet for Documentation and international organization”*. Em 1990 publica o livro *“International organization and dissemination of knowledge: selected essays of Paul Otlet”*. A partir daí se consolida tanto a tradução de textos de documentalistas europeus para o inglês como um crescente interesse tanto pela Documentação como pelo documento.

comunicação (ruídos) podem ser resolvidos por mecanismos de controle (linguagens codificadas e *feed-back*).

Os estudos que “fazem questão” da materialidade da informação fazem parte do chamado paradigma social e remetem a processos de produção e efeitos sociais da informação. Esta materialidade diz menos respeito à constituição física da informação e/ou do documento do que a suas dinâmicas de apropriação, produção, utilização e reutilização nas práticas sociais que contribuem tanto para a configuração como para transformações da realidade social.

As grandes concepções classificadas por Capurro como paradigmas não se constituíram desde o início da Ciência da Informação como abordagens alternativas. O paradigma físico de certo modo confunde-se com a própria institucionalização do campo nos anos 1960 e 1970, enquanto os paradigmas cognitivo e social emergem tanto como críticas ao paradigma físico como enquanto propostas alternativas.

Observadas a partir deste ponto de vista classificatório atual, as elaborações teóricas de Marteleto e González de Gómez podem ser identificadas com o chamado paradigma social da informação. Suas construções se desenrolaram historicamente em diálogos críticos com as concepções os hoje chamadas de física e cognitiva, e foram realizadas a partir de alicerces teóricos da filosofia e das ciências sociais. Seu caráter pragmático coloca o exame dos processos informacionais ensejados por homens situados em suas ocupações com as coisas, junto com os outros.

Neste artigo tratamos de apresentar as concepções de sobre informação no aporte matematizante (do paradigma físico) e no aporte cognitivo (do paradigma cognitivo) que concorriam para a elaboração teórica do campo em meados dos anos 1980, quando González de Gómez e Marteleto assumem carreira de pesquisa no IBICT, os diálogos críticos que estabelecem com suas construções teóricas, assim como algumas interfaces de suas concepções com os estudos que, a partir da década dos 1990, “fazem questão” da materialidade da informação. Finalmente levantam-se indagações acerca do fato digital da informação, tendo em vista que aí se vislumbram mudanças institucionais de processos

estão na base do entendimento da materialidade da informação, e busca-se nas autoras indicações de como circunscrever e pesquisar a informação digital em rede.

2. A Centralidade da Informação e as Respostas Matematizante e Cognitiva

Por diferentes caminhos, nos contextos euro-latino e anglófono, a Documentação constituiu-se como diferença da Biblioteconomia. Tal demanda não se deu isenta de conflitos (MEYRIAT, 2003; BUCKLAND, 1996; BLÁZQUES, 2008). A razão documentalista assumira, entre os anos 1930 e 1950, um discurso sobre sua diferença, assim como o faria nas décadas seguintes o discurso da Ciência da Informação.

Se o termo informação, no nome Ciência da Informação, indicava sua diferença por eleger um novo “o que olhar”, a institucionalização do campo também se justificava ao apontar as insuficiências das mais antigas Biblioteconomia e Documentação para lidar com a organização e recuperação do conhecimento registrado, traduzida pelos termos “caos documentário”² e “explosão da informação”. Não é incomum encontrar nos textos dos anos 1960 e 1970 a Ciência da Informação como ultrapassagem das práticas biblioteconômicas e das técnicas documentalistas para um plano propriamente científico que facilitaria e compreenderia, no espaço da comunicação, o diálogo entre pesquisadores. (cf. SAUNDERS, 1974, p. 62; VICENTINE, 1970, p. 259; SAMBAQUY, 1978, p. 54; SHERA, 1980, p. 97).

No contexto europeu - especialmente na França e na Espanha - a emergência da Ciência da Informação deu-se de modo a que a relação documento-informação fosse repensada, mas mantida, e que o estudo sobre o documento ao invés de se interromper, ao contrário, caminhasse para a demanda de uma ciência do documento – a Documentologia³ (RABELLO, 2009; COUZINET, 2009). Mas no contexto anglófono esta relação acabou sendo obscurecida, já que se almejava que as informações extraídas dos

² O termo “caos documentário” havia sido utilizada por Bradford ,em 1948, para referir-se aos problemas na comunicação científica. Bradford propunha o estabelecimento de uma disciplina capaz de organizar e colocar imediatamente acessíveis o conhecimento a partir de soluções com bases científicas.

³ E daí para as Ciências da Informação e da Comunicação, na qual estaria inserida.

documentos pudessem ser organizadas e recuperadas como unidades independentes, com estrutura própria⁴. Consolida-se a “Ciência da Informação”, articulando os conhecimentos da Documentação e as teorias emergentes sobre comunicação controlada e mediada por máquinas, “Teoria Matemática da Comunicação” e “Cibernética”. A Ciência da Informação incorpora alguns pressupostos e práticas biblioteconômicas anglófonas dos noventa, como a preocupação com acesso livre e dinâmico aos conteúdos e a exploração das redes de intercâmbio de dados padronizados, mas será a informação, e não o documento, que figurará como objeto privilegiado deste outro saber.

2.1 Aporte Matematizante da Informação no Paradigma Físico

A centralidade da informação vinculava inicialmente o sucesso da Ciência da Informação à sua capacidade de teorizar acerca da estrutura e fluxo da informação no contexto comunicativo, portanto, saber dizer o que aí é informação. A primeira ancoragem na teoria de Shannon, e nos estudos da comunicação científica, fornecia à informação um caráter de recurso útil e passível de controle a partir de modelos estatístico-matemáticos, na perspectiva de unidade objetivada do conhecimento estruturado (o científico) e que, portanto, se presta ao estudo de regularidades. Daí que sua identificação com o que chama Capurro (2003) de paradigma físico da Ciência da Informação aponta para o fato que os “[...] aspectos semânticos e pragmáticos [...] são explicitamente descartados [...]”. O objetivo era encontrar meios e modos de extração e recuperação de informação de documentos por mecanismos automáticos, a partir das regularidades encontradas.

⁴ Esta concepção não parece distante do princípio monográfico de Otlet, cabendo perguntar sobre sua relação. Na concepção de Ortega e Lara (2009), optar por um termo adotado para designar uma diversidade de fenômenos na Biologia, o Direito, a Física etc., fez acorrer para o campo da CI uma correspondente diversidade conceitual, uma indecisão. Day (2001) considera que a construção do conceito de informação, como entidade independente do documento, se dá na trajetória histórica que começa com concepção otletiana de documento e o uso de seu princípio monográfico, passa pelas inovações de Briet, da Cibernética e da Teoria Matemática da Comunicação, formando-se uma linha de significado histórico que moldaria a tradição da cultura informacional.

Os estudos da estrutura da informação científica, sob este aporte, renderam ao campo conhecimentos que permitiram a elaboração de modelos de verificação e controle de produção e produtividade da ciência e de pesquisadores, mapeamento de autoridades e de trabalhos seminais por especialidades, como propunham, por exemplo, Murugesan e Moravcsik (1978), métodos para recuperação automática de informação por cálculos frequência de termos, associação de temas e textos por palavras-chave (COURTIAL, 1995), e muitas outras infometrias que figuravam no campo de interesses do Estado para construção, condução e controle de suas de políticas em ciência e tecnologia, especialmente durante a guerra fria, mas que predominou até a emergência do discurso neoliberal que propõe um estado minimalista.

A entrada do aporte matematizante da informação no Brasil deu-se sobre e em articulação com a Documentação americana. A Documentação europeia havia deixado sua marca de influência desde a virada para o século 20 e, nos anos 1930, com o governo Vargas se estruturava o DASP para supervisionar a criação do serviço de documentação do governo, tendo a Revista do Serviço Público como importante canal de divulgação do olhar documentalista (cf. ORTEGA, 2006, 2009). Como parte deste processo é criado, em 1954, com o apoio da UNESCO, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, para conduzir o acesso à informação científica no país a partir de uma “documentação agressiva”⁵ e da formação de especialistas que se iniciaria em 1955 com o curso de especialização em Documentação Científica (MARTINS, 2004). À frente do Instituto estava Lídia Sambaquy, documentalista do DASP.

Nos anos 1970, sob a influência do olhar anglófono⁶, no qual preponderava o aporte matematizante da informação, era estabelecido o primeiro mestrado em Ciência da Informação no país, pelo depois denominado IBICT. Por este ângulo, a emergência da Ciência da Informação no Brasil confunde-se com a formalização da área e com o debate em torno de um conceito consensual – ou, no mínimo, aproximativo – sobre a expressão

⁵ Conforme Chagas (2009), a criação do IBBD foi baseada em relatório técnico que propunha a reformulação dos serviços de informação no país, sugerindo uma “documentação agressiva” capaz de suprir adequadamente as instituições técnico-científicas.

⁶ Conforme o relatório de Tefko Saracevic (1974, p. 15), o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação estabelecido no IBBD era comparável a programas similares existentes nos Estados Unidos.

“Ciência da Informação” e sobre a “informação” (BORKO, 1968; GOFFMAN, 1970; SARACEVIC, 1970), que repercute no contexto brasileiro (BRAGA, 1972; ZAHER, 1974; SAMBAQUY, 1978).

Numa leitura que toma a Ciência da Informação como o estudo quantitativo da informação em periódicos e relatórios científicos, a epistemologia brasileira buscaria em leis, regularidades e modelos lógico-matemáticos seu principal recurso de validação, resultado do aporte oriundo dos docentes americanos e ingleses do primeiro curso mestrado. A força desta expressão seria vista ao longo de toda a elaboração de um pensamento em Ciência da Informação no Brasil, ainda hoje apontando as metrias da informação como núcleo científico da produção acadêmica do campo.

A eleição da “informação”, como ente autônomo e portador de uma estrutura, para além da “materialidade” documental, exercitava um discurso de afastamento da Biblioteconomia e da Documentação e fazia a convocação de uma política epistemológica multilateral (interdisciplinaridade), que reconhecia como suas fronteiras campos como a Lingüística, a Comunicação, a Administração, a Computação, dentre outros. O nascimento do mestrado no país se dá no momento da afirmação da informação como objeto de estudo e de uma epistemologia que cuida de cientificar esta noção a partir de uma teoria quantitativa. A informação como “reduzidor de incertezas” não chegava a receber de fato uma definição, porque as questões “o que é” e/ou “o que não é informação” não podiam ser solucionadas a priori. Além disso, os papéis do receptor, da linguagem e do ambiente sócio-cultural pressionariam insistentemente sobre o aporte matematizante da informação, identificado ao paradigma físico.

2.1 Aporte Cognitivo da Informação no Paradigma Cognitivo

Não muito depois do estabelecimento da Ciência da Informação no Brasil o campo acolheria um aporte alternativo. Se a noção até então dominante tomava a informação como conteúdo objetivado e mensurável, nos anos 1980 o cognitivismo propõe uma radical “desmaterialização” da informação, entendendo-a como uma significação

individual. O aporte proporia a translação das pesquisas para o receptor e suas significações. No entanto, a informação permanecia como ferramenta essencial para construção dos discursos da Ciência da Informação. A indagação “o que é informação?” implicava em ter respostas que orientassem os modos de representação nos sistemas levando em conta os modelos mentais dos usuários, produtores de significações ou sentidos para estímulos externos. Tais significações ou sentidos ficam compreendidos como representações mentais, cujo mapeamento e tradução serviriam à otimização de sistemas inteligentes de recuperação de dados.

O estudo do “processamento mental” gerador da informação aparece como uma nova etapa do que poderíamos chamar entendimento representacionista da informação (mentalista⁷), que já estava presente tanto nas concepções do documentalista Otlet⁸ e na concepção matemática da informação (DAY, 2001). Este forma de conceber a informação, no aporte matematizante, como representação (objetivação de ideias) que se autonomizam tem como elo e transição exemplar a concepção de Brookes (1980) que, tomando como alicerce teórico a concepção dos três mundos de Karl Popper, coloca no Mundo 3 o lócus da pesquisa em Ciência da Informação. O cognitivismo pode ser lido como mais uma etapa de exploração do informacional como representação, que concebe e quer examinar a estrutura mental, sua origem, mais do que uma mudança de paradigma. A informação como “reductor de incertezas”, assemelha-se à concepção de Belkin (1976; 1990) da informação como “aquilo que transforma as estruturas cognitivas” de um sujeito que se encontra num “estado anômalo do conhecimento”. A concepção cognitiva de Brookes (1980) é postulada em uma fórmula matemática que, senão de

⁷ O termo mentalismo indica o entendimento de que as ideias ou construtos mentais podem ser objetivados, mantidos e comunicados em sua integridade de registrados em documentos. Para Frohmann (2000, p. 16) “[...] *the monographic principle embodies an incipient mentalism, because it is a short step from representing units of information photographically, abstracted from the context of their texts, to conceiving information itself as a mental representation, abstracted from its social context. This tendency to disembodiment is reinforced by the role of a fact—a unit of information—in a universal, scientific rationality consisting of interlocking laws of increasing levels of generality*”. As mesmas considerações podem ser encontradas em (RAYWARD, 1994; BUCKLAND, 1997).

⁸ O termo mentalismo, indicando o caráter representacional de documento e informações, não é de uso corrente no Brasil. Para Frohmann (2000, p.16), o mentalismo na documentação implicava em “[...] *a mental representation, abstracted from its social context*”. Assim, em Otlet, o “em si” do documento não teria por base sua existência material (condição necessária, mas não suficiente), mas seu fundamento na consciência.

início, acaba por igualar informação e conhecimento, nos moldes do aporte matematizante, onde a informação reduz a incerteza por aumentar o conhecimento.

A concepção cognitiva tornava ainda mais indecível o que se poderia entender por informação. Embora as críticas ao individualismo e à consequente “desmaterialização” radical da informação tivessem sido quase imediatas, a consolidação de concepções que fizessem frente ao mentalismo em vista da informação no social só começam a se consolidar nos final dos anos 1980.

3 Abertura para o Social na Ciência da Informação Brasileira

No Brasil, com o primeiro governo civil (1985-1989), após cerca de 20 anos de ditadura militar, tornar-se-ia menos problemática a análise acadêmica de temas políticos, cultural e social no país. A partir de então, questões sobre a informação “no” e “para” o contexto social brasileiro podem ser identificadas. A chamada “escola mineira” enfrentará este desafio a partir da busca por uma “informação popular” (CARDOSO, 1991)⁹, além da possibilidade de reflexão aberta pela prática sócio-cultural do carro-biblioteca ao longo dos anos 1980. No nordeste, o curso de mestrado em Biblioteconomia da UFPB adentra os anos 1980 orientado a soluções para problemática social nordestina a partir da reflexão sobre a informação. (CESARINO; FERREIRA, 1981).

No mestrado do IBICT, a demanda por aproximação do discurso informacional ao território das ciências humanas e sociais se estabeleceu inicialmente com a oferta da disciplina “Informação, Ciência e Cultura” (VALIA, 1983), seguida pela criação da linha de pesquisa “Informação, Cultura e Sociedade”. A produção predominante do programa giraria em torno da informação em cultura, ciência, política e economia (MARTINS, 2004). É uma reorientação do foco da informação científica para outros horizontes.

⁹ Ana Maria Cardoso Andrade recupera, por exemplo, a elaboração e o desenvolvimento dos Centros Populares de Documentação e Comunicação, iniciados em 1973, entre Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, procurando perceber o cotidiano destas instituições a partir da observação de suas práticas documentais e comunicacionais.

Pode-se afirmar que uma tradição pragmática tem lugar mais destacado no campo informacional brasileiro oriunda principalmente de Maria Nélida González de Gómez e Regina Maria Marteleto, que nas críticas aos aportes tradicionais reelaboram o conceito de informação a partir da reflexão sobre as práticas de sua produção e usos sociais, ampliando os potenciais de análise da informação no social e do social na informação. González de Gómez e Marteleto, para além da indagação “o que é informação?” procuram nas práticas as possibilidades de significação do objeto da Ciência da Informação.

González de Gómez encontra especialmente em Habermas, Wittgenstein e Foucault, entre outros, bases alternativas para alicerces epistemológicos e teóricos da CI, e Marteleto em Gramsci e Bourdieu, em direção a uma antropologia da informação. Ambas percorrem caminhos com tônica ético-política, proporcionando diálogos entre suas pesquisas acerca dos modos de produção e de apropriação social da informação com a nova questão de âmbito internacional da Ciência da Informação, a da materialidade da informação e do documento. Portanto, não se trata, no caso destas autoras, de um neo-documentalismo, mas de um encontro com a Ciência da Informação europeia, envolvida com a Documentação, e com o neo-documentalismo de vertente estadunidense.

4 Os Trabalhos Críticos de González de Gómez e Marteleto

As pesquisas de González de Gómez, que tratam da epistemologia da Ciência da Informação e das políticas de informação como temas indissociáveis, já nos anos 1980 (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1987) chamava a atenção para a “elaboração pública da informação”, a partir de uma leitura habermasiana. A concepção de Habermas (1984) de colonização moderna dos mundos da vida, por modos instituídos de racionalização, seria seu alicerce para críticas à concepção então corrente da informação, como entidade autonomizada. A seu ver, tal concepção servia como ponto de apoio teórico e instrumental para as operações que compreendiam a informação exclusivamente como mercadoria: capturada, empacotada e vendida e cujo valor ficaria restrito aos critérios de eficácia (lucro) das novas indústrias do conhecimento e da informação.

A escolha da ciência como lugar privilegiado dos estudos do campo sobre a informação abria-se, do ponto de vista de González de Gómez (1995), à concepção da informação como desancorada de heranças culturais, memoriais. Se o conhecimento científico é entendido como resultado exclusivo da aplicação do método e tem validade universal, a informação científica é uma entidade autônoma em relação aos contextos sócio-culturais. Portanto, a informação científica deve ser oriunda de uma ‘modelagem’ das ações de informação orientadas à formação, organização e atualização de seus ‘estoques’, colocando de lado seu caráter de mediação e de memória. A informação fora de sua função de mediação torna-se, para González de Gómez (1995, p. 82), “[...] em uma pura abstração, que pode ser considerada como autônoma e, a partir daí, ora pura matéria, ora pura forma.”

É no sentido de crítica a esta concepção dominante de informação que a autora utilizará o termo “valor de informação”. Lançando seu olhar aos contextos das práticas no mundo da vida, norteados por regras e normas de aceitação recíprocas de validação, identifica aí o lugar em que se constrói um valor de informação. Daí, os estudos da Ciência da Informação estariam contribuindo apenas para deslindar modos de meios de captura, estocagem e empacotamento para venda de informações, já que supunham a informação como entidade portadora de um valor independente dos contextos das práticas. González de Gómez vê nesta concepção teórica limitada o lugar de “legitimação acadêmica” para ações de distribuição regulada, assimétrica e hegemônica da informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996).

González de Gómez busca o “quem” da informação. Menos preocupada com definir a informação, a autora constrói uma reflexão voltada para percepção de signos no tecido social, de suas condições de significação e validação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1987, 1990, 1996).

As críticas de Marteleto aos conceitos correntes de informação como representação, tanto no aporte matematizante como no cognitivo, incidiam sobre os estudos restritos aos modos de relação usuário-sistema, em torno da informação como entidade. Aponta conseqüentemente para a carência de pesquisas sobre a informação no

contexto das práticas sócio-culturais. Marteleto procura o exame do “para” da informação. Mais orientada a uma sociologia do conhecimento e antropologia da ciência, tenderá a uma reflexão sobre o “estatuto social” da informação, naquilo que lhe confere suas dimensões políticas (MARTELETO, 1987).

Em seu diálogo crítico, Marteleto não ignora as ações que visam à conformação da diversidade de sentidos encontrados nos contextos sociais a um sentido hegemônico, em que a informação aparece como bem simbólico com papel central na sociedade contemporânea, mas questionava o hiato de estudos de um vasto território, no plano das redes de relações sociais. Sua crítica se coloca em três frentes: a primeira incide sobre a não compreensão no campo da Ciência da Informação deste papel simbólico com fins hegemônicos da informação capturada, filtrada, ordenada e disponibilizada pelos sistemas oficiais (a escola, o Estado, os jornais etc.) (MARTELETO, 1995); a segunda incide sobre a ausência de pesquisas sobre as apropriações destas informações que se realizam no contexto das práticas nas redes sociais, ou o para que usam a informação. Marteleto (2001) fala de uma apropriação destes bens simbólicos como ações de produção de sentidos alternativos e capazes de transformar a realidade social. E finalmente e articulada a estas, a consequente exclusividade dos conhecimentos produzidos no campo a partir da concepção da informação enquanto entidade autonomizada, que serviriam como uma espécie de conhecimento disponibilizado sobre meios e modos de sua captura, filtragem, ordenação e disponibilização, ficando ao dispor para as ações de controles centralizados de sentidos.

5 As Construções Teóricas de González de Gómez e Marteleto

A concepção de Habermas (1984) de colonização moderna do mundo da vida por modos de racionalização instituídos demarca sua análise acerca de ruptura entre um **valor de informação**, construído no jogo e negociações das práticas, e da **informação artefato**, como produto acumulável. González de Gómez teorizará apontando para dois planos distintos: o **plano informacional**, de caráter comunicativo interpessoal, onde se produzem

valores de informação; o **plano metainformacional** acumulador e gerenciador de valores de informação que é uma instância de controle e gerenciamento. O plano metainformacional é lócus de disputas por hegemonia de variados interesses (sociais, étnicos, econômicos, etc.), de políticas de informação, primeiro do Estado, depois do mercado, que muito se distancia dos atores sociais, obedecendo a critérios de valoração prioritariamente econômicos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1994).

A concepção wittgensteiana de “jogos de linguagem” fundamenta seu conceito de “valor de informação”. O termo, alternativamente à informação, aponta que o valor da informação depende de critérios que se estabelecem a partir de regras e normas de reciprocidade nas esferas de prática do mundo da vida, em diálogos e negociações, quer dizer, processos de significação negociados. Ora, um entendimento da informação como produção de sentido de um sujeito, conforme o aporte cognitivo, ignora regras, normas, enfim, processos de negociação, recolocando a informação numa abstração e autonomia, agora concernentes ao indivíduo.

Portanto, ao mesmo tempo em que estabelece uma crítica aos aportes dominantes no campo que deslocam e examinam a informação independente de relações sócio-culturais, constrói neste diálogo a proposta de exame da metainformação e suas relações com a informação. E como não há descontinuidade entre esses planos, a informação construída nas teias das práticas, capturada, controlada e empacotada pela indústria da informação, uma vez reapropriada nos contextos das práticas é recriada “[...] constantemente como forma do *alter*, o que fica aberto nos jogos substantivos das narrativas, como fluxos de dados e experiências de texturas intrincadas.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1990. p. 121).

Fundamentada especialmente em Gramsci e Bourdieu, Marteleto propõe uma leitura da realidade sócio-cultural a partir de conceitos da antropologia cultural e da sociologia crítica, abordando a informação: (a) como produto simbólico, como mercadoria de sentido já dado por uma esfera técnica e institucional e (b) como plano da apropriação autoral da informação em contextos sócio-culturais, o que a aproximaria a autora das

tradições pragmática e hermenêutica. (MARTELETO, 1987, MARTELETO; VALLA, 2003; MARTELETO; NASCIMENTO, 2004, MARTELETO; NÓBREGA, 2006).

Seu direcionamento ao exame das apropriações autorais de informações, e que se fazem no agir, caminhou no sentido de construção de um arsenal conceitual para uma leitura antropológica da informação. A informação como bem simbólico é sua destituição de significado, a não ser quando observado seu uso autoral na prática, ação. Daí, o termo informação primeiramente indicará uma materialidade construída e perpassada por dimensões institucionais, contextuais, sociais, culturais estabilizadas. Já o par informação/conhecimento ficará quase sempre reservado para designar formas culturais e políticas construídas nas práticas de intervenção social. A partir da informação pertinente à esfera cultural, Marteleto (1992; 1995) realizará uma construção que servirá como ferramenta metodológica para a leitura de uma informação culturalmente elaborada, ou informação como forma e dinâmica cultural, para compreensão do que se pode chamar uma cultura informacional. A informação simbólica resta como uma “entidade vazia”: não há um significado informacional, a não ser quando sujeitos vivenciam a informação como prática; enquanto que o conhecimento designa formas culturais e políticas construídas nas práticas informacionais.

Marteleto (1992, p. 310) parte do conceito de Bourdieu de “mercado simbólico”, onde o valor da cultura “[...] é largamente determinado pelo julgamento de instituições que detêm autoridade para tal no domínio público [...]” para alicerçar e compreender a **informação como bem simbólico** produzido por critérios seletivos e ordenadores de sentido, e colocado ao dispor por “[...] diferentes agências e agentes, no fluxo social dessas informações.”

Suas investigações nos contextos das práticas em redes sociais apontam, na recepção desses bens simbólicos, resistências e negociações, porque os participantes acionam outras referências de suas experiências, formando novas significações nos jogos de intersubjetividade, construindo o que inicialmente chamou de **excedente informacional** (MARTELETO, 1992, p. 305-312).

Observando os movimentos sociais na América Latina, com lentes nos movimentos brasileiros, Marteleto (2009) lhes indaga acerca da apropriação produtora que fazem da informação. Estes movimentos articulam atores de comunidades locais e pesquisadores de diversos campos da ciência que compartilham a vontade de transformações pontuais ou amplas da realidade – um “para”. Marteleto robustece e refina seu arsenal conceitual, repensando o “excedente informacional” como “terceira informação”. No seu agir, os portadores de conhecimentos diversos (científicos e populares), inseridos em redes sociais para ação prática sobre a realidade, constroem um conhecimento compartilhado que pertence àquela prática específica, que chama de “terceiro conhecimento”.

Portanto, nas redes sociais e informacionais destes movimentos, existe uma “terceira zona” de conflitos, negociações e colaborações onde se tece o “terceiro conhecimento”, sempre em renovação, que permite interpretações do ambiente em que se vive. A **informação é re-significada em múltiplas mediações**, produto dinâmico das relações articuladas pela ação é, portanto, uma **“terceira informação”**. A “terceira informação” é percebida pelo cercamento das **“zonas de mediações”** estabelecidas nas teias das redes. Tais zonas são acercadas a partir de suas dimensões sócio-comunicacionais - elos de convivência e de interesse dos participantes a rede -, linguístico-discursiva - acionamento de recursos cognitivos e informacionais na solução coletiva de questões - e de produção de sentidos - clareamento de possibilidades interpretativas e acionais. (MARTELETO, 2010a, p. 39).

Os conceitos denominados pelo termo “terceiro” apontam, pois, nos estudos de Marteleto (2010), para os processos múltiplos e sempre retomados de mediação, se estabelecem na construção coletiva de conhecimento e informação. Lateralmente Marteleto interroga o papel político, ético e social da ciência em um mundo marcado por imensas desigualdades sociais. Qual a direção das pesquisas? Qual sua inserção no entendimento e na produção do “terceiro conhecimento”, já que o conhecimento é uma forma política que permite práticas de intervenção social?

6 Diálogos de González de Gómez e Marteleto com o Aporte que “Faz Questão” da Materialidade da Informação no Paradigma Social

Ao perguntar pelo documento a epistemologia da Ciência da Informação abre um novo horizonte de reflexão.

Na França, alguns os estudos que têm por base a perspectiva de Suzanne Briet, que retomou e redimensionou a proposta de Otlet, implicou não só numa ampliação na extensão do conceito de documento, mas a possibilidade de indagação acerca dos critérios de validação de um valor documental. Meyriat teoriza sobre o documento a partir da abertura de Briet, propondo os documentos “por intenção” e “por atribuição”. O “ser documento” não se fundaria em sua origem de fabricação como objeto (necessário), mas em sua função informativa, função que ele só realiza no contexto ou sistema de comunicação (MEYRIAT, 2006). Em Meyriat, o circuito de produção de um documento, as diversas intervenções a que está submetido, as implicações de tais intervenções sobre sua capacidade informativa estão em exame. Meyriat observa o documento para além de um objeto dado ao tratamento em uma Unidade de Informação, ele o interroga, função da Documentologia. A Ciência da Informação francesa constitui-se, portanto, numa perspectiva de indissociabilidade entre informação e documento, projetando suas indagações para fora dos sistemas de recuperação de informação.

Mas é propriamente no contexto anglófono que se pode falar de um desvio da questão “o que é informação?” em direção ao documento, como base do “fazer questão” da materialidade da informação. É aí que se localiza um neodocumentalismo, com importantes pesquisadores nos campos teórico, histórico e epistemológico como Buckland, Rayward, Lund, Frohmann e Day. Tais estudos colocam indagação acerca do papel do documento no sistema social, muitos deles ancorados nas concepções teóricas de Foucault, Latour e Wooglar, mas também retomando elaborações do campo da Documentação europeia. Nos termos de Brown e Duguid (1996, tradução livre dos autores) “[p]recisamos observar o modo como os documentos têm servido não apenas

para escrever, mas também para sublinhar interações sociais, não simplesmente para comunicar, mas também para coordenar práticas sociais”.

O retorno ao documento, que indaga seus modos sociais de construção e seus efeitos, aparece no campo da Ciência da Informação¹⁰ como crítica às concepções abstratas e mentalistas da informação, mas é um desvio da pergunta sobre a própria informação. Tal desvio pode ser entendido como um percurso que busca o encontro de uma informação ancorada nas práticas sociais.

As análises dos circuitos de práticas institucionalizadas de produção de documento e informação (ciência, mídias de massa, Estado, escola etc.) a partir de concepções teóricas como a de redes sócio-técnicas de Latour ou dos dispositivos de Foucault são ancoragens para alguns teóricos do chamado neo-documentalismo. A construção de tal circuito, dispositivo ou rede é um modo negociado a fim de estabilizar práticas no tempo, mas não se dá sem que haja resistências pontuais e locais, implicando sempre em novas negociações. Sua estabilidade dependerá da superação de tais resistências, o que implica na aceitação de valores, padrões e ordenamentos. Os processos de estabilização decorrem de esforços de traduções e negociações que constroem acordos, mecanismos, regras etc. operando de modo orquestrado elementos heterogêneos (FROHMANN, 1994). Com a estabilização, a rede aparece, então, como uma unidade, um artefato, como um agente (o Estado, a IBM, a televisão, a ciência) que produz efeitos: computadores que executam tarefas, programas de televisão, conhecimento científico etc. É em grande parte na busca de rastrear as articulações e interesses que estabilizam práticas – institucionalizam - a fim de produzir documentos e informações que algumas pesquisas deste aporte se têm voltado. A disponibilização e o acesso democrático à informação ocultaria os dispositivos controladores de sentidos e, portanto, construtores da realidade social.

De Certeau, ao considerar relevantes os estudos inspirados nas formulações de Foucault que puseram e põem à mostra as micro redes constituintes de ‘dispositivos’, afirma que “[...] mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se

¹⁰ Para uma apresentação dos estudos contemporâneos sobre o documento ver Lund (2009).

reduz a ela: que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina [...] (CERTEAU, 2011, p. 40). É exatamente neste diferencial que as autoras brasileiras abrem contraponto nos estudos do chamado paradigma social.

Os trabalhos de González de Gómez e Marteleto apresentam pontos de relação com o que aqui estamos chamando de estudos que “fazem questão” da materialidade da informação. Suas concepções sobre as ações que constituem e estabilizam práticas que produzem ordens documentais, sistemas e dispositivos, dialogam com neo-documentalismo anglófono e de estudos da Documentologia francesa. Mas seu modo de exploração dos efeitos sociais da informação têm em conta as dinâmicas no plano das práticas locais que se apropriam e produzem novos sentidos, novos valores e transformam a realidade. Podemos dizer que as autoras, que circunscrevem e examinam as formações de dispositivos e de bem simbólico no que se refere à informação, também exploram aspectos que ficam ocultos em boa parte dos estudos que “fazem questão” da materialidade da informação ancorada no documento.

Indagando sobre as ações constituintes de um valor de informação, González de Gómez (2000a; 2000b; 2001) incluirá uma leitura foucaultiana e encontrará diálogo mais estreito com os trabalhos de Frohmann em seu exame das práticas documentárias, enquanto práticas institucionais socialmente disciplinadas para a produção de um documento. A produção de um valor de informação se daria em um circuito constituído por três planos, cada qual com diversas camadas: o plano informacional, o plano metainformacional e o plano dos dispositivos. O plano dos dispositivos reúne e media os estoques de informação empacotados, ou artefatos de informação, e deixa-os ao dispor para reutilização, com base em modelos técnicos que embutem critérios de valor. Portanto, a noção inicial de sistemas ou instâncias de regulação distribuída de informação, dá lugar à noção complexa de dispositivo de informação, mais apropriado para análise informacional, num contexto de tecnologias de digitalização e acesso remoto e num tempo onde o regime de informação sobredetermina outros regimes de produção.

González de Gómez aponta também ao valor de informação construído nas relações no mundo da vida, em planos coletivos de ação, que mesmo tomando os

artefatos de informação, põem em questão sua validade em jogos argumentativos recíprocos, que constroem integração social (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009a).

Ao tratar da informação como produto simbólico, como mercadoria de sentido já dado por uma esfera técnica e institucional, Marteleto se aproximara da tradição crítica da Ciência da Informação francesa, nos nomes de Metzger, Couzinet e do neodocumentalismo anglo-americano, representado, por exemplo, por Frohmann e Day. A informação como produto simbólico indica uma materialidade construída e perpassada por dimensões institucionais, contextuais, sociais, culturais estabilizadas.

Mas Marteleto (2010a) vai ao encontro de Jeanneret (2005), que afirma que a informação não circula, uma vez que não é um objeto, mas se redefine sem cessar, porque se constitui em relação à ação. No diálogo com Davallon que “[...] identifica nas práticas de informação e de comunicação um espaço (terceiro simbolizante) onde as mediações designam tanto as operações de terceirização como de intervenção nas trocas e interações sociais” Marteleto tece sua concepção de uma “terceira zona” de conflitos, negociações e colaborações onde se tece o “terceiro conhecimento”, sempre em renovação, que permite interpretações do ambiente em que se vive.

7 O “Fato Digital” e o Não-documento

O “fato digital” propõe-nos problemas de reconhecimentos conceituais, o que embaralha as margens de indagação sobre o que é informação e/ou documento, ao desarticular os pressupostos da questão “o que é?”. A Web, tão recente, já se apresenta em três momentos, que se sucedem sem que os anteriores sejam apagados, como três destinos da Web pelo viés dos estudos informacionais:

- Reservatório de informações para consulta solo de informações para consulta – modelo cumulativo da Modernidade;
- Repositório pronto a acolher o que qualquer um queira ali depositar, espaço de informações para produção e para consulta – modelo colaborativo de produção

que marca a passagem da acumulação da Modernidade para a construção distribuída da Pós-modernidade;

- Território abrangente de interlocuções, com potencial para transformar realidades locais ou planetárias, numa cultura de interação de informação, possibilitada pelo reservatório e pelo repositório – modelo comunicacional intensivo que caracteriza a Pós-modernidade.

Este percurso, num curto espaço de tempo, indica a caminhada da rede de computadores para a massa até a apropriação em massa da rede.

Na perspectiva do **reservatório**, a informação é percebida pelos dotes da imaterialidade, acessibilidade, abrangência e como recurso/conhecimento, dotes que precedem o fato digital e que são vistos como potencializados na Web. O esfumar-se da materialidade da informação a faz aparecer dissociada das relações sociais de sua produção e, daí, de seus efeitos assimétricos, ideológicos e de expropriação. A noção de acessibilidade remota a faz aparecer como disponibilidade democraticamente distribuída e a de abrangência como realização da utopia iluminista. Sua compreensão como recurso/conhecimento é o fetiche da informação, entendida como capaz de, por si só, produzir outros recursos e de reproduzir a si mesma. Determinadas práticas, no contexto da ação (na pesquisa, na empresa etc.), são objeto de disciplinação para produção de recursos/ conhecimentos com fins mercadológicos, e seus resultados objeto de direitos de propriedade privada, onde os atores plurais deste trabalho colaborativo “[...] carecem de lugar nas cadeias produtivo-financeiras, sendo eliminados do quadro interpretativo [...]”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009b, p. 129-130). Estas são condições da informação desde a revolução industrial, expandidas e validadas pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação e por áreas de conhecimento como a Ciência da Informação, quando tratam de circunscrever esta informação artefato como objeto exclusivo, favorecendo a uma integração funcional que planeja a coordenação das ações (de pesquisa, da produção de sapatos etc.) a partir de pontos de vista e interesses estabelecidos externamente aos participantes da ação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009a, p. 198).

Na perspectiva do **repositório**, a web é “percebida” como lugar de acolhimento democrático e não preconceituoso, uma vez que caracteres físicos, sociais, culturais e econômicos de seus depositários não ficam evidentes. Aí não é só a informação que se “desmaterializa”, mas os próprios sujeitos (étnicos, culturais, sexuados, etc.) num apagamento das diferenças. As concepções de González de Gómez e Marteleto são elementos-chave para compreensão desta informação destituída de suas ancoragens no mundo da vida e das redes sociais que transformam a realidade social.

Como depositários, todos são convocados a ser informantes. A “sociedade da informação” é também convocação a uma dupla jornada de trabalho. Além do trabalho profissional, o trabalho informacional de consumo, produção e oferta de informações no repositório que é a rede. Aí, até aqueles que ainda não ingressaram na carreira profissional são convocados ao trabalho de informantes e mesmo aqueles que não fazem aí depósitos voluntários de informação acabam sendo informantes contra vontade, para usar um termo de Marc Bloch. Seus percursos, compras, caminhos de navegação etc. são capturados como dados para que alimentem estudos de perfis de consumidores.

O destino repositório, entretanto, ao convocar informantes não socialmente “disciplinados” aos modos adequados de informar e documentar (como são os funcionários de uma empresa na empresa, os pesquisadores na academia, os funcionários de repartições nas repartições, os jornalistas nos jornais) abre brechas por onde passa uma indisciplina na veiculação de documentos e novos artefatos. Também aí a demolição de barreiras antes quase intransponíveis por um sujeito que quisesse mostrar sua música, ter sua tese disponibilizada, ter um livro de preço elevado etc. transtorna modos até então estabilizados de acesso, “publicação” e distribuição. Nada impede que um artigo rejeitado para publicação seja ali disponibilizado, ou que uma banda, cujas músicas não são veiculadas no rádio, coloque ali seu vídeo; nem que se distribua a amigos, por e-mail, cópias digitalizadas de um livro; ou que se furem os bloqueios a relatórios secretos e se os coloquem à vista de todos.

Tais brechas para “usos e abusos” não podem ser desvinculadas do interesse de que todos sejam informantes. Daí buscam-se meios para seu controle e disciplinação

(web-semântica, XML, RDF), uma disciplinação planetária de todos, a fim de torná-los bons informantes-documentadores¹¹. Esta indisciplina indica a desestabilização das práticas institucionalizadas, configuradoras de documentos e da informação. A Web é o espaço da fragilização de noções de verdade, de autoridade, de relevância e de evidência (wikis, montagens, foto-shop, e-mails e mensagens falsas, mensagens viróticas, simulacros de páginas) e, logo, da noção de documento. A estabilização (por práticas normativas e garantia de direitos) tende a ser substituída pela negociação permanente.

Na perspectiva de território de **interlocação**, a web é percebida como lócus contemporâneo da transformação ou produção descentralizada da realidade, ao contrário das mídias um-todos. Constituem-se novos objetos de produção híbrida e coletiva, sem fechamento, sem autoria definida.

Se dispositivos e instrumentos orientam modos de uso e implicam em efeitos, a Web pode fornecer às redes sociais visibilidade e novas parcerias, quer dizer, fornece novos elos e produções de sentidos (MARTELETO, 2010b). Redes sociais e informacionais que se articulam em vista de um “para”, mobilizam e articulam multiplicidades de recursos e, como no giro do caleidoscópio, nunca se pode prever a forma que irá aparecer. O nome do documento fica, neste ambiente, como um não-nome, carente de aderência, carente de significante.

8. Considerações finais

No contexto digital em rede parece-nos ser função da epistemologia da Ciência da Informação colocar em exame as novas formas de obscurecimento da produção de documentos e de informação e dar a ver as relações sociais nos contextos de produção e de interpretação. Por vias diferentes, Marteleto e González de Gómez aproximam esta abordagem do campo, fornecendo recursos para pesquisa das novas modalidades da

¹¹ Frohmann (2008) apresenta um caso que pode ser esclarecedor do sentido aqui dado à formação de informantes-documentadores, Ao apresentar o caso de uma pesquisa de AIDS na Costa do Marfim, onde o médico, bem treinado nas práticas de documentar suas pesquisas, precisa converter os doentes em pacientes, quer dizer, aceitando proceder do modo prescrito pelo médico pesquisador, transformando-se em testemunhas confiáveis para produção de informações aceitas na prática documentária médica.

informação. A última, apontado para a pergunta sobre as políticas que conferem legitimidade à informação-documento, apresentando-a como um artefato contextualmente apropriado; a primeira, observando os efeitos da informação-documento que circula e é apropriada no tecido das redes práticas.

O que é um documento na Web? Abre-se, no contexto digital, a possibilidade de uma disciplina social planetária de todos para sermos documentadores-informantes pela potencialização dos determinantes tecnológicos (motores de busca, web-semântica, interoperabilidade, imperativo de estar informado). Mas abre-se também a uma “indisciplina” e novas formas locais de apropriação.

“Ainda” existe informação? Mesmo esta indagação que aponta uma dúvida sobre a existência da informação ainda é uma pergunta fundamental para o campo, cuja resposta não pode esquivar-se dos percursos que indagam “porque”, “como”, “para quem” e “por quem”. De um lado, a provocação do pensamento de González de Gómez nos atenta para as novas formas de institucionalização – politização – da informação expressada pela “jovem Web dos jovens”; do outro, as análises sociais de Marteleto apontam para a informação como ação das “não-instituições” ou movimentações que se disseminam e multiplicam, sob novas faces, nas comunidades em rede do ambiente digital.

REFERÊNCIAS

BELKIN, Nicholas J. The cognitive viewpoint in information science. **Journal of Information Science**, v. 6, n.1, p. 11-15, 1990.

BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, S.E. Information science and the phenomena of information. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 27, n. 4, p. 197-204, 1976.

BLÁZQUES, M. La perspectiva preinformativa documental. In: _____. **Historia de la ciencia de la documentación**. 2008 (Cat 03: Qué es documentación?). Disponível em: <<http://ccdodoc-histccdocumentacion.blogspot.com/>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2010.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19. n.1, p. 3-5, Jan. 1968. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/533107/Borko-H-v-19-n-1-p-35-1968>>. Acesso em: 22 de abril de 2011.

BRADFORD, S. c. The documentary chaos. **Journal of Documentation**, London 1948, p. 144-159

BRAGA, Gilda Maria. **Relações bibliométricas entre a frente de pesquisa (research front) e revisões de literatura**: estudo aplicado à ciência da informação. 1972. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro, 1972.

BROWN, John S.; DUGUID, Paul. The social life of documents. **First Mondeu**, v. 1, n. 1, May 1996. Disponível em: <<http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/466/387>>. Acesso em 09 de abril de 2012

BROOKES, Bertram. The foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. *Journal of Information Science*, v. 2, p. 125-133, 1980.

BUCKLAND, Michael. Documentation, Information Science, and Library in the USA. **Information Processing and Management**, v.32, n.1, p. 63-76, 1996. Disponível em: <<http://www.sims.berkeley.edu/~buckland/ipm.html>>. Acesso em: 3 de janeiro de 2004.

CAPURRO, Raphael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2006

CARDOSO, Ana Maria. Novas possibilidades da informação popular. **R. Esc. Biblioteconomia** UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, jan./jun. p. 23-41, 1991.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CESARINO, M.A.N; FERREIRA, M.L.A. Relatório da IV Reunião de Coordenadores de Cursos de Pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **R. Esc. Biblioteconomia** UFMG, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, set. p. 254-281, 1981.

CHAGAS, Francisco das. **O ensino de biblioteconomia no contexto brasileiro - século XX**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2009. v. 1.

COUZINET, Viviane. Transmitir, difundir: formas de institucionalização de uma disciplina.

Pers. Ci. Inf., v. 14, n. especial, p. 5-18, 2009. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/930/604>. Acesso em: 22 de novembro de 2010

COURTIAL, J.P. In: Solaris, 2. Dossier do Gersic: Groupe interuniversitaire de recherche en science de l'information e de la communication. 1995. Disponível

em:<<http://www.info.unicaem.fr/bnum/jelec/Solaris/d02/2courtial.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2004.

DAY, Ronald. **The modern invention of information: discourse, history and power**. Illinois: Illinois Univ. Press, 2001.

FROHMANN, Bernd. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research. **The Journal of Education for Library and Information Science**, v. 42, p. 13-28, 2000. Disponível em: < <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/Jelis.htm>>.

Acesso em: 22 de maio de 2005.

FROHMANN, Bernd. Documentary ethics, ontology, and politics. **Archival Science**, v. 8, n. 3, p. 165-180, Sept, 2008. Disponível em:

<<http://www.springerlink.com/content/9427530432303758/>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

FROHMANN, Bernd. Rules indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. **Journal of Documentation**, v. 46, n.2, p. 81-101, 1990.

GOFFMAN, William. Information science: discipline or disappearance. **Aslib Proceedings**, v. 22, n. 12, p. 589 – 596, Dec. 1970.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Além do estado e do mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalização da informação. **Rev. de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v 118, n. 3, p. 150-153, 1994.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação.

Informare, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 2000a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A informação: dos estoques às redes. *Ciência da Informação*, v. 24, n. 1, 1995. disponível em: < revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/533>. Acesso em: 22 de junho de 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A informação no pensamento contemporâneo: aproximações à teoria do agir comunicativo de Habermas. In: BRAGA, Gilda; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (Org.). **Desafios do impresso ao digital**: questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília: IBICT/UNESCO, 2009a, p.177-204.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A invenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. **Tendência da Pesquisa Bras. em Ci. Inf.** Brasília, v. 2, n.1, p. 115-134, jan/dez. 2009b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero**, v.1, n.6, dez 2000b. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez00/Art_03.htm>. Acesso em: 22 de março de 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 1990. Disponível em: < revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/1376>. Acesso em: 22 de agosto de 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Da organização do conhecimento às políticas de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p. 58-66, 1996.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 157-167, 1987. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1472/1091>>. Acesso em 25 de julho de 2010.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Pers. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v.6, n.1, p. 5-18, 2001. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/433/243>. Acesso em: 25 de julho de 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Para una reflexión epistemológica sobre la ciencia de la información. **Signo e Pensamiento**, v. 50, p. 10-22, 2007.

HABERMAS, J. **Theory of Communicative Action**. v.1. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press, 1984.

JEANNERET, Y. Information. In: COMMISSION FRANÇAISE POUR L'UNESCO. **La société de l'information**: glossaire critique. Paris: La Documentation Française, 2005. p. 87-89.

LARA, Marilda G.; ORTEGA, Cristina Dotta. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. In: CONGRESO ISKO-ESPAÑA, 9., 2009, Valência. **Proceedings** ... Valencia, 2009. Disponível em: <dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2924444...0>. Acesso em: 22 de outubro de 2010.

LUND, Niels Widfeld. Document Theory. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 43, n. 1, p. 1-55, 2009, Chapter 9. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aris.2009.1440430116/abstract>>. Acesso em: 22 de novembro de 2012.

MARTELETO, R. M. Confronto simbólico, apropriação do conhecimento e produção de informação nas redes de movimentos sociais. *Datagramazero: revista de Ciência da Informação*, [Rio de Janeiro], v. 2, n. 1, fev. 2001.

MARTELETO, Regina Maria. *Cultura, educação e campo social: discursos e práticas de informação*. 1992. Tese (Doutorado em Comunicação)- Escola de Comunicação/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

MARTELETO, Regina Maria.. *Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional*. **Informare**, v. 1, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 1995.

MARTELETO, Regina Maria. *Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno?* **Ci. Inf.**, v. 6, n. 2, p. 169-180, 1987. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1473/1092>>. Acesso em 12 de outubro de 2010.

MARTELETO, Regina Maria. *Jovens, violência e saúde: construção de informação nos processos de mediação e apropriação de conhecimento*. **RECCIIS: Rev.Eletr. de Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v.3, n.3, 2009. Disponível em: <<http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewArticle/275>>. Acesso em: 22 de julho de 2010.

MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais, mediações e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em ciência da informação. *Ciência da Informação*, v.3, n. 1 , p. 27-46, jan./dez. 2010a.

MARTELETO, R. M. . Redes sociais: formas de participação e de informação. In: Maria Nélida González de Gómez; Clóvis Ricardo Montenegro de Lima. (Org.). *Informação e democracia: a reflexão contemporânea da ética e da política*. Brasília: IBICT/MCT, 2010b, v. , p. 156-166.

MARTELETO, Regina Maria; NASCIMENTO, Denise Morado. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. **DataGramZero**, v. 5, n.5, 2004. Disponível em: http://www.dgz.org.br/out04/Art_05.htm>. Acesso em: 22 de maio de 2006.

MARTELETO, Regina Maria, NÓBREGA, Nancy G. Les documents et leurs appropriations: reflexions sur ‘information-document’ et reserve symbolique. **Sciences de La Societé**, n. 68, p. 29-43, 2006.

MARTELETO, Regina Maria; VALLA, Víctor V. Informação e educação popular – o conhecimento social no campo da saúde. **Pers. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v.8, n. esp., p. 8-21, 2003. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/648/721>>. Acesso em 26 de outubro de 2010.

MARTINS, Eduardo Vieira. O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil: uma análise a partir do Ibict. **Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n. 1, p. 91-100, 2004. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/54/51>>. Acesso em: 12 de junho de 2008.

MEYRIAT, Jean. Pour une compréhension plurisystemique du document (par intention). **Science de la Societé**, Toulouse, n. 68, p. 3-10, 2006.

MEYRIAT, Jean. Souvenir de Suzanne Briet. **AIDAinformazioni**, Roma, a. 21, n. 1, p. 47-53, gennario-marzo, 2003. Disponível em: <www.aidainformazioni.it/indici/tutonline/2003-1.pdf>. Acesso em 30 de dezembro de 2010.

MURUGESAN ,P. ; MORAVCSIK, M. Variation of the nature of citation measures with journals and scientific specialties. *JASIS*, 29, May 1978.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramaZero**, v. 5, n.5, out.2004. Disponível em: <http://www.dgzero.org/out04/Art_03.htm >. Acesso em: 5 de setembro de 2006.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para a compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Pers. Ci. Inf.**, v. 14, p. 59-79, 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/899/626>>. Acesso em: 22 de outubro de 2010.

RABELLO, Rodrigo. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, UNESP, Marília, 2009.

RAYWARD, Boyd (Org.). **International organization and dissemination of knowledge**: selected essays of Paul Otlet. Amsterdam/New York/ Oxford/Tokyo: Elsevier, 1990.

RAYWARD, Boyd. The universe of information: the work of Paul Otlet for Documentation and international organization. Moscow: VINITI for the International Federation of Documentation, 1975. (FID Publication 520). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2142/651>>. Acesso em: 07 de abril de 2012.

RAYWARD, Boyd. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hipertext. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, v. 45, n.4, p. 235-250, 1994. Disponível em: <<http://www.lis.uiuc.edu/~wrayward/rayward.html>>. Acesso em: 12 dez. 2003.

SAMBAQUY, L.Q. Da biblioteconomia à informática. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 51 – 60, 1978.

SARACEVIC, Tefko. A course in information retrieval at the Brazilian Institute for Bibliography and Documentation (IBBD). Paris: UNESCO, 1974. (Serial n. 3054/RMO.RD/DBA). Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000103/010336eo.pdf>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2012.

- SARACEVIC, Tefko. (Org.). Introduction to information science. New York/London: R.R. Bowker Company, 1970.
- SAUNDERS, W.L. The nature of information science. **The Information Scientist**, v. 8, n. 2, p. 57 -70, 1974.
- SHERA, Jesse H. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. In: GOMES, Hagar Espanha (Org.). **Ciência da Informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980.
- VALIA, V. A Ciência da Informação e as ciências humanas. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 12, n. 2, jul./dez, 1983. Disponível em: <
<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1502>>. Acesso em: 12 de novembro de 2010.
- VICENTINI, A.L.C. Da biblioteconomia à informática. **Revista do Serviço Público**, v. 105, n. 3, p. 589 -596, 1970.
- ZAHER, Célia, R. Da Documentação à Informática. In: SILVA, Benedito. et. al (Org.). **Da documentação à informática**. Rio de Janeiro, FGV, p. 49-86, 1974.